

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A REVOGAÇÃO DAS RECÉM-CRIADAS UCs e TIs NO ESTADO DO AMAZONAS

A Ascema Nacional - Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialistas em Meio Ambiente e PECMA, vem através desta manifestar o seu repúdio, em relação á tentativa de parte da bancada de deputados federais, senadores e representantes dos produtores rurais do Amazonas, de propor a revogação da criação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas recém-criadas no estado do Amazonas.

A revogação das novas Unidades de Conservação criadas (Flonas Urupadi e Aripuana, Rebio Manicore, APA Campos de Manicore e Parna Acari), assim como as recém-criadas Terras Indígenas (Sissaíma, Murutinga/Tracajá e Riozinha), atende somente à reivindicação de entidades ligadas ao setor rural do estado.

Vale ressaltar que a justificativa dos políticos e produtores rurais do estado do Amazonas, de que o processo de criação das UCs e TIs não seguiu os trâmites normais não se justifica, já que o processo de criação das UCs seguiu seu curso normal, inclusive com consultas públicas nos municípios, reuniões em Manaus, oitivas aos outros órgãos federais (SPU, Inbra, Funai, MME, MAPA), negociações bilaterais, passagem por crivos legais no ICMBio, no Ministério do Meio Ambiente e na Casa Civil da Presidência da República.

Da mesma forma, a FUNAI já se pronunciou informando que todos os trâmites normais e necessários para a criação das TIs mencionadas foram rigorosamente seguidos. As recém-criadas TIs abrigarão indivíduos das etnias Mura, Kokama e Tikuna. Ainda segundo a FUNAI, as novas TIs são uma reivindicação antiga dessas etnias e diversos estudos, pesquisas e audiências, foram feitas para a implementação das TIs, que abrangem blocos ambientalmente distintos, complementares e extremamente importantes do ponto de vista ecológico: a várzea e a terra firme.

Ressaltamos ainda que a criação dessas novas áreas protegidas irá trazer mais segurança e proteção para as populações tradicionais e para a biodiversidade local, além de fortalecer a gestão ambiental no estado do Amazonas.

Entendemos que qualquer movimento que vai contra a criação de áreas protegidas na Amazônia brasileira, se opõe a tendência atual de valorizar, proteger e desenvolver a região amazônica, sua biodiversidade e a sociedade local.

Porém, com a efetivação do governo interino, a anulação da criação das unidades de conservação e terras indígenas tem sido usada como moeda de troca por grande parte da classe política amazonense.

Assim, solicitamos que esse tema seja socializado e discutido por todos, e que qualquer movimento que vá contra essa importante conquista do povo amazonense e brasileiro, que é o aumento da proteção do bioma amazônico, já tão pressionado e explorado, seja veementemente combatido e rejeitado.

Respeitosamente,